

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 342

**COOPERAÇÃO SUL-SUL, UMA ALTERNATIVA PARA O
FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**

Luis E. Aragón

Belém, Dezembro de 2014

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto

Ana Paula Vidal Bastos

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos

Prof. Dr. Armin Mathis – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento – NAEA/UFPA

Profa. Dra. Edna Castro – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Francisco Costa – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo – NAEA/UFPA

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 342

Recebido em: 10/10/2014.

Aceito para publicação: 11/12/2014.

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

COOPERAÇÃO SUL-SUL, UMA ALTERNATIVA PARA O FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO¹

Luis E. Aragón²

Resumo:

A maioria das iniciativas de cooperação científica internacional acontece na direção Norte-Sul. Entretanto, a possibilidade de transformar essa cooperação em mecanismo eficiente para transferir e gerar ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento depende da capacidade científica local para absorver, adaptar e ampliar o conhecimento transferido. Por outro lado, a cooperação Sul-Sul, ou seja, a cooperação entre países em desenvolvimento tem sido tradicionalmente muito débil, ignorando a existência de importantes instituições científicas e universidades nesses países, que trabalhando de forma coordenada e cooperativa poderiam reforçar sua capacidade científica. Este paper destaca a importância da cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica na América Latina em geral e na Amazônia em particular, apresentando algumas experiências em curso, inclusive as realizadas pela Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável da UFPA.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. América Latina. Amazônia. Cátedras UNESCO. Ciência e Tecnologia.

Abstract:

Most international scientific cooperation initiatives occur in North-South direction. However, the possibility of transforming such cooperation into efficient mechanism to transfer and generate science and technology in developing countries depends on local scientific capacity to absorb, adapt and expand the knowledge transferred. On the other hand, South-South cooperation, i.e., cooperation among developing countries, has traditionally been very weak, ignoring the existence of important scientific institutions and universities in these countries, that working collaboratively and cooperatively could enhance their scientific capacity. This paper highlights the importance of South-South cooperation to strengthen the scientific and technological capacity in Latin America and the Caribbean in general, with a greater focus on Amazonian countries. Some examples are presented, including those carried out by the UNESCO Chair in South-South Cooperation for Sustainable Development.

Keywords: South-South Cooperation. Latin America. Amazon. UNESCO chairs. Science and Technology.

¹ Paper elaborado com base na comunicação preparada para ser apresentada no XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro (CONLAB) da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Lisboa, 1-5 de fevereiro, 2015. O conteúdo desta comunicação foi sintetizado das seguintes publicações: Aragón (2013), Aragón; Clüsener-Godt (2013).

² Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. Coordenador da Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável. Bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: Luis.ed.aragon@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A cooperação internacional é um mecanismo para a internacionalização da educação, da ciência e da tecnologia. Contudo o termo internacionalização assume diversos significados. Segundo Knight (2005) para alguns a internacionalização se refere a múltiplas atividades como, entre outras, a mobilidade acadêmica de estudantes e professores de diversos países; aos vínculos internacionais, associações e convênios; ao ensino tanto presencial como a distância por meio de redes internacionais; ou a realização de pesquisa por grupos de pesquisadores de vários países. Para outros a internacionalização significa a inclusão de uma dimensão internacional, intercultural e global nos programas acadêmicos; e ainda há quem considere a internacionalização como iniciativas de desenvolvimento e comércio internacional. Em conclusão é difícil chegar-se a uma definição universal capaz de abranger todas essas dimensões da internacionalização. Entre as diversas definições existentes, a de Arum e Van de Water (1992, p. 202), parece ser uma das mais abrangentes, referindo-se à internacionalização como “as múltiplas atividades, programas e serviços que abarcam os estudos internacionais, intercâmbio educativo internacional e cooperação técnica.”

Complementariamente, um aspecto em que todos concordam é que não há internacionalização sem cooperação internacional, e que esta é tão diversa quanto aquela. Grosso modo, entende-se por cooperação Sul-Sul aquela realizada entre países em desenvolvimento, diferenciando-a do conceito de cooperação Norte-Sul (Aragón, 2005). A cooperação Norte-Sul refere-se às relações de países desenvolvidos dirigidas à países em desenvolvimento, sendo também referida como cooperação para o desenvolvimento internacional, seja bilateral ou multilateral (Knight, 2005).

Para a UNESCO, a cooperação Sul-Sul representa um importante mecanismo para o desenvolvimento e a paz, conforme a mensagem de Koichiro Matsuura, Diretor-Geral da UNESCO, por ocasião do *Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento*, em 10 de novembro de 2005;

A cooperação Sul-Sul em ciência e tecnologia oferece oportunidades valiosas para promover o desenvolvimento e a paz. As experiências de desenvolvimento do Sul são ricas e diversificadas. Seja através de pontos comuns na história e geografia ou através de desafios de desenvolvimento semelhantes, os países do Sul têm lições importantes para compartilhar sobre as dificuldades que têm enfrentado e o sucesso que alcançaram. Além disso, o diálogo científico e a colaboração, são mecanismos vitais para a construção de interesses recíprocos e compreensão mútua entre os povos³.

³ www.unesco.org. Acesso: 1 jun. 2009.

A COOPERAÇÃO SUL-SUL E O FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA

Com raras exceções as descobertas científicas mais importantes ocorrem em países desenvolvidos, resultando como consequência, uma enorme brecha entre países desenvolvidos e em desenvolvimento na geração de ciência e tecnologia. Para reduzir essa brecha, surgem diversas formas de cooperação para a transferência de conhecimento dos países desenvolvidos, incluindo, entre outras, missões técnicas, assistência técnica, e programas acadêmicos. No entanto, a possibilidade de transformar a cooperação em um mecanismo eficiente para transferir e gerar ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento depende da capacidade científica local para absorver, adaptar e ampliar o conhecimento transferido.

Embora os benefícios desse tipo de cooperação nos países em desenvolvimento sejam inquestionáveis, também é verdade que, em geral, os países desenvolvidos têm se beneficiado de forma significativa, causando muitas vezes dependência e fortalecimento da síndrome da fuga de cérebros. Sem dúvida, a falta de mecanismos e programas para reforçar e desenvolver a capacidade científica nos países em desenvolvimento gera, no longo prazo, benefícios econômicos significativos para os países desenvolvidos, incluindo os lucros de *royalties* de novas descobertas científicas feitas por cientistas de países em desenvolvimento que trabalham nesses países, mas que estes países terão que pagar para acessá-las.

Por outro lado, a cooperação Sul-Sul tem sido tradicionalmente muito débil, ignorando a existência de importantes instituições científicas e universidades nesses países, que trabalhando de forma coordenada e cooperativa poderiam reforçar sua capacidade científica e o poder de negociação, seguindo o princípio básico de que a cooperação deve, acima de tudo, contribuir para reduzir a assimetria entre os países e construir formas endógenas para alcançar o desenvolvimento sustentável (Sachs, 1994).

No processo de globalização em que se vive atualmente, a condição espacial torna-se extremamente relevante na busca do desenvolvimento sustentável. Em nível planetário é difícil imaginar que se poderá crescer infinitamente quando o próprio planeta Terra é finito. É evidente que a capacidade de manter a vida na Terra está diminuindo como consequência do aumento dos níveis de contaminação atmosférica, do desmatamento, da erosão de solos férteis, da poluição das águas e da pressão sobre os recursos tanto renováveis como não renováveis. Há necessidade, portanto, de estabelecer um equilíbrio entre as forças que atuam em nível planetário. O mundo vive contrastes marcantes entre países ricos e países pobres e entre regiões ricas e regiões pobres dentro dum mesmo país. De acordo com Mello (2007, p. 37), mais da metade da população mundial sobrevive hoje, em média, com apenas US\$350,00 anuais, enquanto 80% da riqueza do mundo se concentram em mãos de 10% da população do planeta. E o fosso que separa o mundo desenvolvido do mundo subdesenvolvido

tende a aprofundar-se ainda mais; a diferença de renda per capita entre países ricos e pobres que era de 30 por 1 em 1960 passou para 75 por 1 ao final do século XX; e os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com cerca de 15% da população do planeta, detêm mais de 70% de todo o comércio global de bens e serviços e concentram mais de 90% de todos os usuários de internet. Pior ainda, esses países concentram mais de 80% do gasto mundial em pesquisas científicas e 95% do registro de patentes provenientes de inovações tecnológicas.

Enquanto esses desequilíbrios regionais se mantiverem nos patamares atuais, dificilmente poderá se alcançar a sustentabilidade do desenvolvimento.

Essas considerações colocam no centro das atenções a necessidade de fortalecer a capacidade científica nos países e regiões menos desenvolvidas, como fator essencial para equilibrar as forças, superar as assimetrias regionais, e reorientar a cooperação internacional. Daí a necessidade urgente de fortalecer a cooperação Sul-Sul como mecanismo para fortalecer a capacidade científica nestes países e dessa forma tomar vantagens da cooperação que vem do Norte.

ALGUNS EXEMPLOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Desde a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, reunida no Rio de Janeiro, em junho de 1992, que propalou o conceito paradigmático de desenvolvimento sustentável, surgiram iniciativas diversas ao redor do mundo para dar-lhe conteúdo: mestrados, doutorados, instituições de pesquisa, projetos de toda ordem, conferências, seminários, colóquios, encontros, e naturalmente literatura.

Da mesma forma, a Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação Superior (CMES) de Paris, em 1998, gerou o conceito de pertinência social da educação superior, igualmente paradigmático:

A pertinência da educação superior deve avaliar-se em função da adequação entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas fazem. Isso requer normas éticas, imparcialidade política, capacidade crítica e, ao mesmo tempo, uma melhor articulação com os problemas da sociedade e do mundo do trabalho, baseando as orientações de longo prazo em objetivos e necessidades sociais, incluindo o respeito às culturas e a proteção do meio ambiente (UNESCO, 1998, p. 23).

Tal conceito, assim como o de desenvolvimento sustentável, originou estudos, debates e fóruns ao redor do mundo, em diferentes níveis, e nas perspectivas mais diversas, e todos concordam que esse conceito forçou uma nova maneira de definir a educação superior e o seu papel na sociedade. Portanto, a educação superior, para ter impacto na busca do desenvolvimento sustentável, tem que ser pertinente, o que significa educação de qualidade, acessível, responsável, e comprometida com o bem-

estar da sociedade, e para responder a esse desafio, serão necessárias mudanças profundas em diversos campos, incluindo os conteúdos, os métodos, a administração, a alocação de recursos e os mecanismos de cooperação.

No caso da América Latina e o Caribe, dados de 2003 do Instituto da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC) revelam que: a) a região conta com aproximadamente 14 milhões de estudantes de ensino superior (60% concentrados em três dos 33 países da região: Brasil, México e Argentina), mas que também conta com 37 milhões de analfabetos; b) apenas quatro países (Argentina, Panamá, Chile e Cuba) têm mais de 45% de sua população de 20-24 anos cursando o ensino superior, enquanto na maioria dos países desenvolvidos é superior a 55%, sendo que dez países da região, incluindo o Brasil, têm menos de 30%; c) o Brasil forma anualmente cerca de 11.000 doutores, mas ainda possui 15 milhões de analfabetos; d) a região registra 3,7% da produção científica do mundo, mas 83% dela está concentrada no Brasil, na Argentina e no México; esses três países concentram também 80% dos pedidos de patentes da região; f) México, com 107.400 e Brasil, com 139.000 concentram, em conjunto, mais de 75% dos estudantes de pós-graduação da região, os quais representam apenas 2,8% e 6,3% do total de estudantes do ensino superior de cada país, respectivamente; g) dos 2.188 programas de doutorado existentes na região, o Brasil concentra 48%, o México 19%, e a Argentina 13%; h) 213 universidades da região oferecem programas de doutorado, das quais 52 estão no Brasil e 80 no México (Gazzola, 2008).

A superação dessas cifras demanda necessariamente esforços de cooperação entre as próprias instituições da região. A professora Ana Lúcia Gazzola (2008, p. 129), ex-diretora do IESALC, argumenta acertadamente que no mundo contemporâneo,

nós não teremos inserção competitiva como países isolados. Nós não temos capital humano suficiente, mas em conjunto, identificando nossos próprios nichos estratégicos em nível internacional, seremos capazes de construir competência direcionada para o desenvolvimento humano sustentável de nossos países e região.

Nesse sentido tem surgido no mundo iniciativas para fortalecer a cooperação Sul-Sul, algumas mais abrangentes que outras, conforme alguns exemplos a seguir.

O Programa de Cooperação Sul-Sul das Nações Unidas

Em 1974, as Nações Unidas estabeleceram uma unidade especial no âmbito do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) para promover, coordenar e apoiar a cooperação Sul-Sul em nível global e dentro do sistema das Nações Unidas. Considerando que os países do Sul (ou países em desenvolvimento) geram conhecimento e iniciativas aplicáveis à sua própria realidade, a cooperação Sul-Sul lhes permite fortalecer os vínculos e parcerias para seu próprio benefício e desenvolvimento. A unidade especial do PNUD é hoje o Escritório das Nações Unidas para a

Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), com sede em Nova York, a qual coordena, promove e apoia os programas e iniciativas⁴.

Um dos programas do UNOSSC é a realização da EXPO Anual Global Sul de Desenvolvimento, que começou em 2008. O objetivo central da Expo é identificar e promover iniciativas

para ajudar o Sul em nível global para alcançar o desenvolvimento sustentável e equitativo através da partilha e transferência de soluções de desenvolvimento surgidas no Sul. A Expo surgiu para mostrar soluções baseadas em evidências de sucesso criadas por países em desenvolvimento para enfrentar os desafios de desenvolvimento. Ela permite aos países em desenvolvimento e os seus parceiros - incluindo as agências doadoras, as agências do sistema das Nações Unidas, o setor privado, e as organizações da sociedade civil - colaborar e apresentar soluções que estão enraizadas nas condições históricas, políticas, econômicas, sociais e geográficas específicas dos países de origem. Ela fornece uma plataforma poderosa para os atores do desenvolvimento do Sul comemorar os sucessos, partilhar conhecimentos e lições aprendidas, explorar novas vias de colaboração e dar início a novos esforços de colaboração para a consecução dos objetivos estabelecidos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e outras metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente. Além disso, a Expo facilita a formação de parcerias inovadoras e inclusivas para a cooperação Sul-Sul, incluindo parcerias triangulares e público-privadas (UNOSSC, 2013, p. 17).

De acordo com o Diretor do UNOSSC, Yiping Zhou:

Expo não se destina a ser uma conferência sobre os problemas ou apresentações de cenários abstratos e recomendações para resolvê-los. Pelo contrário, a Expo é projetada exclusivamente para reunir os países em desenvolvimento e os seus parceiros, incluindo os doadores, organizações do sistema das Nações Unidas, bem como o setor privado e organizações da sociedade civil, de forma metódica e regularmente compartilhar suas soluções de desenvolvimento baseadas em evidências. Cada solução de desenvolvimento apresentada deverá destacar oito atributos: (1) prioridade do Sul/demanda impulsionada ; (2) propriedade do Sul; (3) liderança do Sul; (4) parceria de base ampla; (5) inovação; (6) eficiência; (7) sustentabilidade; e (8) escalabilidade (UNOSSC, 2013, p. 73) .

A quinta edição da EXPO, da qual participou este autor, teve lugar em Viena, Áustria, de 19 a 23 de novembro de 2012 , com o tema geral “Investindo em energia e a mudança climática: parcerias inclusivas para o desenvolvimento sustentável”. Mais de 600 delegados de 150 países participaram do evento para compartilhar soluções inovadoras provenientes do Sul relacionadas à insegurança energética e aos desafios das mudanças climáticas. As soluções e exposições apresentadas proporcionaram uma plataforma para destacar, difundir e promover as melhores práticas que têm sido desenvolvidas pelos países em desenvolvimento com o apoio da comunidade de doadores e do sistema das Nações Unidas (UNOSSC , 2013).

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

⁴ Para mais informações sobre o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) consultar: <http://ssc.undp.org/content/ssc.html>. Acesso em: 30 dez. 2013.

Em nível geopolítico a cooperação Sul-Sul opera, além de forma bilateral, através de blocos regionais e sub-regionais. Na dimensão regional um determinado bloco de países propõe-se abordar conjuntamente problemas que afetam a região como um todo, como no caso de América Latina e o Caribe, a Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e a Organização dos Estados Americanos. Na dimensão sub-regional um determinado grupo de países juntam-se com o propósito de abordar problemas mais específicos, como o Mercosul, a Comunidade Andina de Nações, a Comunidade do Caribe (CARICOM), e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é um bloco sub-regional integrado pelos países amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), criado em 2002, para dar operacionalidade ao Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978, com sede em Brasília. Essa organização representa no momento atual o mecanismo necessário para induzir programas de cooperação que conduzam ao fortalecimento da integração amazônica.

Contudo, para diversos analistas, a OTCA não tem conseguido ainda desempenhar o papel geopolítico esperado capaz de fortalecer a cooperação amazônica e a integração regional, mas as expectativas permanecem (Ravena e Cañete, 2009; Silva, 2009; Sachs, 2008).

De todas formas, há temas que somente poderão ser tratados de forma integrada por todos os países que compartilham a região. As problemáticas relacionadas com a regulação dos mercados de recursos naturais como a água e a biodiversidade, o transporte fluvial, o controle da biopirataria e do narcotráfico, e outros assuntos, só poderão ser enfrentados em conjunto e com a cooperação de diversos países e blocos regionais. No que se refere à biodiversidade, por exemplo, com a tendência atual de mercantilização da natureza, argumenta Becker (2004), a biodiversidade torna-se uma questão central para a região. Como regular sua utilização, ou mercado? Como incorporar nessa regulação o direito de propriedade das comunidades que desenvolveram práticas sociais que redundaram na preservação ou inclusive na ampliação da própria biodiversidade? (Neves, 1992). Como incorporar nesse processo o saber local? São perguntas ainda não plenamente resolvidas que não dispensam a cooperação internacional. A apropriação da biodiversidade converteu-se em fonte extremamente rendosa através de patentes estrangeiras, ou ilegalmente através da biopirataria que se espalha pelo mundo e, sem a cooperação internacional, dificilmente se poderá contornar esse problema.

Porém, muitas são as arestas que deverão ser limadas para implementar uma cooperação robusta entre os países amazônicos que fortaleça sua união. Há que se reconhecer as diferenças sociais, culturais, políticas, econômicas e de desenvolvimento existentes entre os países. As prioridades e os desafios enfrentados em cada país são diferentes e a atenção voltada para a Amazônia é também diferenciada, sem contar que alguns países ainda sofrem as consequências de enfrentamentos bélicos entre si (Equador e Peru), ou dentro dos próprios países (Colômbia e Peru) e

que existe na região, queira-se ou não, a ingerência e soberania de um país europeu (França/Guiana Francesa), com quem deverão se relacionar os demais países na definição dos destinos da região. A disputa da hegemonia política na região é evidente nos diferentes discursos e atitudes dos presidentes dos países amazônicos, e dos próprios Estados Unidos.

Redes universitárias na América Latina e o Caribe

Há pelo menos treze redes de universidades operando na América Latina e o Caribe, além de associações nacionais e grupos temáticos, destacando-se, pela amplitude de seus programas a Associação de Universidade Grupo Montevideo (AUGM), a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), a União de Universidade da América Latina (UDUAL), e a Rede de Macro Universidades da América Latina e o Caribe (Gazzola, 2008). Essas redes estão fortalecendo a capacidade científica e estimulando a integração regional por meio de intercâmbios, grupos de pesquisa, e programas de ensino em rede.

Uma experiência de universidade em rede é a Universidade das Índias Ocidentais (University of the West Indies - UWI)⁵. A UWI é uma universidade pública servindo 18 países e territórios de língua inglesa no Caribe, com campi em Jamaica, Trinidad e Tobago, e Barbados. Os demais países que contribuem para manter a universidade são servidos pelo Campus Aberto que tem sites em cada um dos 18 países. O objetivo da universidade é fomentar o crescimento econômico e cultural nesses territórios, permitindo assim uma melhor autonomia regional.

A UWI representa um esforço conjunto dos países caribenhos para a qualificação de recursos humanos para alavancar seu próprio desenvolvimento. Porém, a falta de capacidade desses países para absorver essa mão-de-obra altamente qualificada tem levado a grande fuga de cérebros principalmente para países desenvolvidos, fato que tem gerado apelos para limitar contratações desses profissionais na OCDE.

Universidades federais de integração regional

No Brasil uma iniciativa inovadora tem sido experimentada, a criação de universidades federais de integração regional. Em 2010 foi criada, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira de Brasil/Argentina/Paraguai, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)⁶, com o objetivo de formar estudantes de países latino-americanos e fomentar por meio de seus programas a integração regional, o fortalecimento da cooperação, e a formação de uma cultura de

⁵ Informações extraídas do site da UWI: www.uwi.edu. Acesso em: 14 dez. 2014.

⁶ Informações extraídas do site da UNILA: www.unila.edu. Acesso em: 14 dez. 2014

paz. A UNILA é uma universidade pública brasileira, portanto, mantida fundamentalmente com recursos nacionais, mas aberta a estudantes e professores de toda a região (Trindade, 2008).

Outra universidade federal de integração regional é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), fundada em 2010, com sede na cidade de Redenção, interior do estado do Ceará. A UNILAB tem como missão institucional “formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.” Participam das ações de intercâmbio acadêmico da UNILAB, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste⁷.

A Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento Sustentável

O Programa de Cátedras UNESCO foi lançado em 1992. As Cátedras UNESCO são concebidas como

“tanques” de ideias e “construtoras de pontes” entre o mundo acadêmico, a sociedade civil, as comunidades locais, a pesquisa e a formulação de políticas, fortalecendo a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul, e Norte-Sul-Sul, criando polos de excelência e inovação em nível regional e sub-regional e reforçando o dinamismo de redes e parcerias⁸.

A Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, criada em 2006, com sede no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Para, Belém, Brasil, objetiva produzir conhecimento científico para fortalecer a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento sustentável por meio da implementação de um amplo sistema de atividades e parcerias relacionadas com a educação superior, a pesquisa, e a documentação, e em particular com temas como população e meio ambiente na Amazônia e o Programa de Reservas da Biosfera.

Por meio dessa cátedra desenvolve-se, desde 2010, o projeto *Desenvolvimento sustentável do meio rural e conservação da biodiversidade nas reservas da biosfera da Amazônia*.

As reservas da biosfera foram estabelecidas dentro do Programa o Homem e a Biosfera (MAB) da UNESCO, em 1976, e são definidas como:

sítios estabelecidos pelos países e reconhecidos no âmbito do Programa o Homem e a Biosfera (MAB) da UNESCO para promover o desenvolvimento sustentável com base nos esforços de comunidades locais e conhecimentos científicos sólidos. Como locais nos que se busca conciliar a preservação da diversidade biológica e cultural e o desenvolvimento econômico e social através de parcerias entre as pessoas e a natureza, as Reservas de Biosfera são ideais para testar e demonstrar abordagens

⁷ Informações extraídas do site da UNILAB: www.unilab.edu.br. Acesso em: 14 dez. 2014.

⁸ Disponível em: <http://www.unesco.org/en/unitwin>. Acesso em: 07 dez. 2011.

inovadoras para o desenvolvimento sustentável desde a escala local à internacional. As Reservas da Biosfera são, portanto, globalmente consideradas como: sítios de excelência para testar e demonstrar novas e ótimas práticas para gerenciar atividades naturais e humanas; ferramentas para ajudar os países a implementar os resultados da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e, em particular, a Convenção sobre Diversidade Biológica e sua abordagem ecossistêmica; sítios de aprendizagem para a Década das Nações Unidas sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Após a sua designação, as Reservas de Biosfera permanecem sob a jurisdição e soberania nacional, mas elas compartilham suas experiências e idéias em nível nacional, regional e internacional no âmbito da Rede Mundial de Reservas da Biosfera (WNBR)⁹.

Conforme esse conceito, as RB são lugares de prática e aprendizagem de iniciativas de desenvolvimento sustentável em áreas específicas que podem contemplar dentro de uma mesma RB diferentes unidades de proteção, integrando estratégias de manejo com a participação de diferentes atores, incluindo a população local, o setor privado, o governo, as ONG e a comunidade científica. As reservas de biosfera contemplam um zoneamento territorial que define zonas núcleo (proteção integral), zonas de amortecimento, e zonas de transição.

A rede de reservas de biosfera está integrada atualmente por 631 RB distribuídas ao redor do mundo, cobrindo os mais variados ecossistemas terrestres e marinhos: picos montanhosos, florestas, desertos, ilhas, abismos oceânicos, zonas costeiras e outros¹⁰.

A experiência das RB durante mais de três décadas de existência representa, portanto, um importante recurso para a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável em áreas de extrema importância no mundo como a Amazônia.

O projeto *Desenvolvimento sustentável do meio rural e conservação da biodiversidade nas reservas de biosfera da Amazônia*, coordenado pela Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, representa um caso concreto de cooperação Sul-Sul envolvendo 12 RB¹¹ localizadas total ou parcialmente nessa região, na Bolívia, no Peru, no Equador, na Colômbia, na Venezuela e no Brasil. Este projeto centra-se na população das RB da Amazônia, a fim de identificar formas de melhorar sua qualidade de vida e conservação da biodiversidade por meio de ações que fortaleçam suas capacidades para realizar atividades de desenvolvimento rural que agreguem valor aos seus produtos, conservando a biodiversidade. Ao final do projeto, previsto para 2016, se permitirá entender as potencialidades e limitações das RB na Amazônia como mecanismos para melhorar a

⁹Biosphere Reserves. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves>. Acesso em: 22 dez. 2014.

¹⁰ Para uma descrição das RB existentes consultar a página indicada na nota anterior e UNESCO (2011).

¹¹ As RB integrantes do Projeto são: na Bolívia: 1) Apolobamba (Ulla Ulla), 2) Pilón Lajas, 3) Beni; no Peru: 4) Manu, 5) Oxapampa-Ashaninka-Yanesha; no Equador: 6) Yasuni, 7) Sumaco, 8) Podocarpus-El Cóndor; na Colômbia: 9) El Tuparro; na Venezuela: 10) Alto Orinoco-Casiquiare, 11) Delta Orinoco; no Brasil: 12) Amazônia Central. Para detalhes sobre essas RB consultar UNESCO (2011), Bernard, Aragón e Clusener-Godt (2007), e Aragón e Clusener-Godt (2008). Além da UNESCO, o projeto recebe apoio financeiro do Ministério de Meio Ambiente e Meio Rural e Marinho da Espanha, e de outros organismos.

integração do ambiente e do desenvolvimento por meio de atividades desenvolvidas por comunidades locais. O projeto gerará uma base de dados georreferenciada das 12 RB participantes, identificará as melhores práticas de desenvolvimento do meio rural e conservação da biodiversidade levadas a cabo em cada reserva, e implantará 24 projetos experimentais de práticas sustentáveis de desenvolvimento rural e conservação da biodiversidade nessas RB.

A cátedra dá também suporte ao grupo de pesquisa *Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ)*, integrado por pesquisadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, envolvendo uma rede de pesquisadores de todos os países amazônicos interessados na análise das relações entre população e meio ambiente na Pan-Amazônia. Outras atividades da cátedra incluem, publicações, organização de simpósios, seminários, e conferências relacionadas com o desenvolvimento dos trópicos úmidos, e a participação em eventos internacionais. Em 2009, por meio da cátedra foi assinado um memorando de cooperação entre a Universidade Federal do Pará (Brasil), a Universidade de Kinshasa (República Democrática do Congo) e a Comissão Nacional de MAB, e o Instituto de Ciências da Indonésia, com o objetivo de reforçar a cooperação Sul-Sul e desenvolver intercâmbios acadêmicos e ações conjuntas relacionadas com o manejo sustentável das três maiores áreas de floresta tropical da Terra: Amazônia, Bacia do Congo, e Sudeste da Ásia, sendo que algumas dessas atividades estão em curso.

CONCLUSÕES

É preciso reconhecer que nenhum país atingiu o desenvolvimento sem educação adequada; a educação é a chave mestra para a melhoria do bem-estar humano, e deve ser vista como solução dos problemas e não como fardo para a economia. É por isso que ela deve ser encarada como política de Estado, criando mecanismos para a alocação dos recursos necessários para esse fim, e nesse sentido a cooperação Sul-Sul é grande aliada. Por exemplo diversas agências multirais, incluindo o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco para Desenvolvimento da África, o Banco para Desenvolvimento do Caribe e a UNESCO mantêm programas para o fortalecimento da capacidade científica e da educação superior em países em desenvolvimento. A participação das IES e a cooperação entre elas, pode resultar em avanços significativos na formulação de estratégias de desenvolvimento e no fortalecimento institucional, entre outros. No tocante aos assuntos ambientais e à região Amazônica, em particular, maior cooperação entre os países amazônicos pode aproveitar melhor os programas e investimentos das agências multilaterais para enfrentar eficientemente problemas transfronteiriços, entre outros.

A cooperação proveniente do Norte deve ser posta a serviço das instituições do Sul, participando ativamente e em pé de igualdade na definição das áreas de interesse, das estratégias, dos

lugares escolhidos para o desenvolvimento das pesquisas, e da produção e disseminação de seus resultados. A cooperação vinda do Norte para gerar frutos significativos no Sul deve encontrar solo fértil; portanto, para conseguir isso, a capacidade científica no Sul deve ser fortalecida. É impossível trabalhar hoje em isolamento; a falta de infraestrutura adequada e de sistemas de comunicação eficientes mantêm muitos dos pesquisadores isolados dos maiores fluxos de conhecimento, privando-os de informações vitais e negando-lhes o acesso a conhecimentos e experiências realizados em outras instituições, causando muitas vezes repetições desnecessárias. As redes de cooperação facilitam o intercâmbio de professores e pesquisadores, a mobilidade estudantil, a realização de projetos conjuntos, e o fomento à integração regional e à cultura da paz.

REFERÊNCIAS

- ARUM, S.; VAN DE WATER, J. Necesidad de una definición de educación internacional en las universidades de Estados Unidos. In KLASEK, C. (ed.). *Strategies for internationalizing higher education*. Illinois: Asociación de Administradores de Educación Internacional, 1992.
- ARAGÓN, Luis E. *Amazônia: Conhecer para desenvolver e conservar – cinco temas para um debate*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- ARAGÓN, Luis E.; CLÜSENER-GODT, Miguel. Biosphere Reserves and UNESCO Chairs: Partnerships for sustainable development. *Papers do NAEA*, Belém, n. 315, 2013.
- ARAGÓN, Luis E.; CLÜSENER-GODT, Miguel (Orgs.). *Reservas da Biosfera na Amazônia II*. Belém: Naea/UFPA, 2008.
- ARAGON, Luis E. Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 20, p. 767-794, 2005.
- BECKER, Bertha. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In MENDES, Armando (Org.) *Amazônia: terra e civilização*. Belém: Banco da Amazônia, 2004, p. 115-140.
- BERNARD, Deryck; ARAGÓN, Luis E.; CLÜSENER-GODT, Miguel (Orgs.). *Biosphere Reserves in the Amazon*. Belém: Naea/UFPA, 2007.
- GAZZOLA, Ana Lúcia. Cooperación universitaria: internacionalización solidária. *Educación Superior y Sociedad/Nueva Epoca*, Caracas, v. 15, n. 1, p. 125-136, 2008.
- KNIGHT, Jane. Un modelo de internacionalización: respuesta a nuevas realidades y retos. In DE WIT, Hans; JARAMILLO, Isabel Cristina; GACEL-ÁVILA, Jocelyne; KNIGHT, Jane (eds.). *Educación superior en América Latina: la dimension internacional*. Bogotá: Banco Mundial/Mayol Ediciones, S. A., 2005, p. 1-38.
- MELLO, Alex Fiúza de. *Para construir uma universidade na Amazônia: realidade e utopia*. Belém: UFPA, 2007.
- NEVES, Walter. Sociodiversidade e biodiversidade: dois lados de uma mesma equação. In ARAGÓN, Luis E. (Org.) *Desenvolvimento sustentável dos Trópicos Úmidos*. Belém: Unamaz, 1992, p. 365-397.
- RAVENA, Nirivia de Souza; CAÑETE, Voyner Ravena. Reflexões sobre a integração pan-amazônica: O papel da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) na regulação da água. In ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir (Orgs.) *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: Edua, 2009, p. 235-253.
- SACHS, Ignacy. *Amazônia: Laboratório das biocivilizações do futuro*, 2008. Disponível em: <http://www.bing.com>. Acesso em: 6 dez. 2011.
- SACHS, Ignacy. The aftermath of the Earth Summit: unfolding the process. In ARAGON, Luis E., KARLSSON, Weine; MAGNUSSON, Ake (Orgs.) *Science, development and environment in Brazil: experiences and options for the future*. Estocolmo: Institute of Latin American Studies/Stockholm University, 1994, p. 227-239.

SILVA, Alberto Teixeira da. Integração e governança na América do Sul: O caso da OTCA. In ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir de (Orgs). *Amazônia no cenário Sul-Americano*. Manaus: EDUA, 2009, p. 216-134.

TRINDADE, Hélgio. Unila: Universidade para a integração latino-americana. *Educação Superior e Sociedade/Nueva Epoca*, Caracas, v. 13, no. 1, p. 149-153, 2008.

UNESCO. *Red mundial de Reservas de Biosfera 2010: sitios para el desarrollo sostenible*. Paris, 2011.

UNESCO. *Higher education for the twenty-first century: Vision and action – World Conference on Higher Education Final Report*. Paris, 1998.

UNOSSC – United Nations Office for South-South Cooperation. *Global South-South Development EXPO 2012*. New York: UNOSSC, 2013. Disponível: <http://scc.undp.org/content/dam/ssc/document/Expo/2012/Expo2012w.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2013.